



Letras
Ambientais

Matopiba: o império do agronegócio nos limites do Cerrado brasileiro

Por Letras Ambientais
terça, 26 de junho de 2018



A agricultora Raimunda Silva, de 42 anos, nasceu e se criou em uma comunidade rural, do município de Bom Jesus (PI). Casada com seu Avelino, ela é mãe de três filhos. A família vive em **um pequeno pedaço de terra**, localizado em um dos baixões férteis do Cerrado brasileiro.

Além da sua família, outros agricultores vivem ali e fazem **uso tradicional das terras do bioma**, há dezenas de anos. Esses moradores pareciam viver muito bem naquele lugar, até a chegada das gigantes do agronegócio tirar sua tranquilidade.

Dona Raimunda **vive em Matopiba, onde avança a última fronteira agrícola do País**, no coração do Cerrado brasileiro. O nome da região vem do acrônimo das iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Essa nova região econômica, ainda **desconhecida da maioria dos brasileiros**, abrange um gigante território, superior ao da Alemanha, compreendendo 73 milhões de hectares, distribuídos em 337 municípios.

Criada pela Lei nº 8.447, de 6 de maio de 2015, Matopiba possui cerca de 6 milhões de habitantes, segundo o Censo de 2010 (IBGE) e **tem ganhado destaque mundial**, pelo seu potencial na produção de grãos.

>> **Leia também:** [Radiografia da seca destaca concentração de queimadas em Matopiba](#)

Há cerca de 324 mil estabelecimentos agrícolas, 46 unidades de conservação, 35 terras indígenas e 781 assentamentos de reforma agrária e áreas quilombolas, num total estimado em 14 milhões de hectares de áreas legalmente atribuídas, além de **áreas de conservação ainda em processo de regularização**.

Matopiba: nova fronteira agrícola do País

MATOPIBA: NOVA FRONTEIRA PARA A AGRICULTURA DO BRASIL



Desde a década de 1970, **Matopiba começou a ser explorada pelo agronegócio**, com a modernização da agricultura. O processo começou quando produtores da região Sul migraram para ali, atraídos pelo preço das terras.

Desde 2005, houve um fenômeno de vertiginosa **expansão da atividade agrícola** naquela região, a partir do surgimento de fazendas de monocultura. São utilizadas [tecnologias modernas de alta precisão](#) e produtividade, um modelo intensivo no uso de máquinas, insumos, agrotóxicos, fertilizantes e transgênicos.

As pastagens extensivas no bioma Cerrado, além de Amazônia ou [Caatinga](#), logo seriam **substituídas por uma agricultura mecanizada** e áreas de irrigação.

Até os anos de 1960, acreditava-se que as **últimas fronteiras agrícolas**, exploradas no Brasil, eram a região Norte e Centro-Oeste. Isso até a primeira década dos anos 2000, quando Matopiba surgiu com o status de nova fronteira agrícola.

A região **reúne todas as condições favoráveis ao agronegócio**, para a produção em larga escala: vastas porções de terras planas, férteis, mecanizáveis e fartura de água, contrariando o estereótipo a associar, frequentemente, todo o Nordeste à [seca](#).

Na delimitação geográfica inicial de Matopiba, **utilizou-se, como principal critério, as áreas de cerrado, existentes nos estados**, englobando a totalidade do Tocantins, o oeste da Bahia, o sul do Piauí e boa parte do Maranhão. Na tabela abaixo, há o percentual de municípios integrantes de Matopiba e a área territorial. ocupada por cada estado na região:

Estado	Nº de municípios em Matopiba	Municípios em Matopiba (%)	Área territorial em Matopiba (%)
Maranhão	135	62%	33%
Tocantins	139	100%	38%
Piauí	33	14%	11%
Bahia	30	7%	18%

Durante o período de 2001 a 2013, enquanto a safra de grãos cresceu, em média, 3,5% no Brasil, chegou a atingir 20% ao ano, em Matopiba. Apenas **quatro culturas (soja, milho, algodão e arroz) ocupavam cerca de 90%**, dos mais de 4 milhões de hectares de lavoura, concentrados em dez municípios, na divisa entre os estados integrantes da região.

De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), **Matopiba responde hoje por aproximadamente 11% da produção nacional** de grãos de soja, na safra 2017/2018.

Projeções do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) indicam que, até 2022, o Brasil plantará cerca de **70 milhões de hectares de lavouras**. A expansão da agricultura continuará ocorrendo no bioma Cerrado.

Somente a região de Matopiba terá, nesse mesmo período, o total de 10 milhões de hectares, **representando cerca de 16% da área plantada**, devendo produzir entre 18 a 24 milhões de toneladas de grãos, um aumento médio de 28%.

>> **Leia também:** [Monitoramento ambiental - 5 razões para alavancar a produção agrícola](#)

Povos tradicionais na fronteira das contradições do desenvolvimento



Comunidades protestam pela preservação do Cerrado. Foto: Cimi.

O crescimento da produção agropecuária, em Matopiba, trouxe impactos positivos à economia do País. No entanto, os números do Produto Interno Bruto (PIB) mascararam as **consequências do projeto para a conservação do Cerrado** e suas comunidades tradicionais.

Matopiba abriga milhares de [povos indígenas](#), quilombolas, agricultores familiares e **populações que mantêm um modo de vida tradicional**. São quebradeiras de coco, geraizeiros, vazanteiros e comunidades de fecho de pasto.

No **projeto desenvolvimentista de Matopiba**, esses grupos foram considerados invisíveis e os territórios dessas comunidades como espaços vazios, abertos à expansão do agronegócio.

No encontro com dona Raimunda, ela contou, emocionada, a mudança ocorrida naquele lugar, nos últimos dez anos, quando assistiu à **chegada de grandes empresas do agronegócio**, vindas do Sul do Brasil e do exterior, aumentando, cada dia mais, a

corrida por terras.

Esse processo provocou degradação da vegetação, das águas, dos solos e também das condições de vida das comunidades. “Minha filha, a gente já foi muito feliz aqui, **retirava da terra, do cerrado e dos rios tudo o que a gente precisava**, frutas, ervas medicinais, criava animais, produzia nos nossos roçados. Hoje, tudo mudou, vivemos perseguidos, como fugitivos, em nosso próprio chão. O agronegócio devora tudo, devasta a natureza, envenena as águas e ainda quer destruir nossa comunidade”.

O relato de dona Raimunda **contrasta com o discurso desenvolvimentista** de políticos que “venderam” a ideia de Matopiba, como a região das oportunidades, do emprego e da renda, da ascensão de uma nova classe média no campo.

O governo brasileiro, atendendo aos **interesses de empresários e investidores estrangeiros**, facilitou a institucionalização de Matopiba. O Estado ofereceu todas as condições à expansão do agronegócio, no bioma Cerrado, como terra, água e leis favoráveis.

Também houve políticas de financiamento, assessoria técnica, extensão rural, pesquisa agropecuária, infraestrutura de escoamento, energia e toda sorte de benesses. Todavia, **os pequenos produtores rurais**, que ali viviam, não foram beneficiados por essas políticas.

Diferentemente do apregoado pelos políticos da época, Matopiba não beneficiou todos os brasileiros. Muito pelo contrário. **Aumentou a concentração da propriedade da terra**, excluiu a maioria da população desse projeto de desenvolvimento.

O modelo de desenvolvimento, adotado em Matopiba, não é sustentável, pois **devasta vorazmente biomas e o bem-estar das comunidades**. Milhares de pessoas foram colocadas em situação de extrema pobreza, como ocorreu com dona Raimunda e demais pessoas daquela comunidade rural, de Bom Jesus (PI).

>> **Leia também:** [Biomassas do Brasil - conheça as 9 principais ameaças](#)

Um estudo da ONG Inglesa Oxfam, lançado em 2016, concluiu que **menos de 1% das fazendas brasileiras concentra 45% da área rural do Brasil**. Segundo o levantamento, nos municípios onde a agricultura é a principal atividade econômica, quanto maior a concentração fundiária, mais elevada é a concentração de renda. Isso também se reflete nos piores indicadores econômicos e sociais, do restante da população.

É o caso de Correntina, localizada em Matopiba, no Oeste da Bahia, exemplo dessas contradições do “desenvolvimento”. **Naquele município, os latifúndios ocupam expressivos 75% da área total, dos estabelecimentos rurais agropecuários**.

Durante anos, Correntina foi a **campeã estadual de exportação de soja**, figurando, todavia, nas estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como recordista em pobreza e desigualdade.

O Produto Interno Bruto (PIB) do município, se distribuído com a população estimada, em 2017, de 33 mil pessoas, daria quase R\$ 40 mil por pessoa. Todavia, o Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM) era de 0,603, em 2010, considerado **abaixo da média nacional (0,813)**.

Segundo Informações do Ministério do Desenvolvimento Social, em 2012, a **pobreza atingiu cerca de 45% da população rural**, daquele município.

Em Bom Jesus (PI), onde dona Raimunda vive com a família, a realidade não é diferente. O PIB per capita do município é estimado em mais de R\$ 26 mil. Porém, com uma população de cerca de 24 mil pessoas, **mais de 16 mil são de baixa renda e recebem auxílio de programas sociais**, do governo federal, para garantir seu sustento.

O IDHM do município é de 0.668, também abaixo da média nacional, em 2010. Os números são extremos e mostram as **enormes contradições do chamado “desenvolvimento”**, em Matopiba.

“Grilagem verde”, conflitos por terra e o impacto dos agrotóxicos



Pulverização aérea com agrotóxicos.

A estrada para Bom Jesus (PI), por onde fui conhecer dona Raimunda, cortava um vasto horizonte de plantações de soja. No horizonte, uma imensidão verde de lavouras, que em pouco tempo, **avançou sobre áreas de vegetação nativa**, do bioma Cerrado, Amazônia ou Caatinga.

A monotonia era rompida pelo ruído de uma pequena aeronave, **pulverizando, com agrotóxicos, as plantações de soja**, cena comum, nos meses de colheita por ali. O vento levava aquela nuvem tóxica, para muito próximo da comunidade onde vive a agricultora. Uma cena chocante e um risco inaceitável à saúde da população vulnerável exposta, bem como ao meio ambiente.

A questão dos agrotóxicos é um tema bastante atual no Brasil. Nos últimos anos, houve um processo sistemático de **flexibilização do uso desses "defensivos agrícolas"**. Em

2018, foi aprovada, em comissão da Câmara dos Deputados, Relatório sobre o projeto de Lei nº 6.299, de 2002, visando flexibilizar regras referentes ao uso e controle de agrotóxicos no País.

A proposta é defendida pela bancada ruralista, na Câmara, e duramente criticada por organizações sociais e ambientalistas, bem como por entidades médicas, que a denominam de "PL do Veneno".

Dona Raimunda vive em uma das tantas comunidades de Matopiba, localizadas no epicentro da disputa ferrenha por terras, na última fronteira agrícola do País. O semblante da agricultora, mostra marcas de uma história de luta, na lida com a roça. Ela expressa as dificuldades enfrentadas, a partir da entrada de grandes **empresas agropecuárias, grileiros e especuladores de terras**, em Matopiba.

A agricultora conta que vivia em uma pequena casa, naquela comunidade, construída com muito trabalho e esforço. **Tomou conhecimento de Matopiba, pela propaganda na televisão**, prometendo trazer coisas boas à população daquela região, inclusive emprego e renda. Em pouco tempo, assustou-se com um grupo de homens, entrando em seu quintal, e fazendo medições no terreno.

“Eu fiquei preocupada e pedi para saírem do meu quintal. Os homens vieram, a mando de um **fazendeiro local, se dizendo dono da terra**. Meus pais e avós nasceram e sempre moraram aqui. Este chão pertence à minha família”, relatou a agricultora.

Aqueles funcionários eram pagos por fazendeiros e especuladores de terras, interessados em tomar posse das áreas ocupadas, pelas comunidades locais. As medições nas terras de dona Raimunda, para **georreferenciar sua propriedade**, estavam sendo feitas, como se aquela fosse a reserva legal, de propriedade de uma empresa agropecuária, a fim de registrarem no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Esta é uma nova prática dos especuladores de terras, qualificada como “grilagem verde”. Como o novo Código Florestal prevê, 20% da propriedade rural precisa ter vegetação nativa conservada. Com isso, as empresas do agronegócio, apropriaram-se dos baixões, como área de reserva legal dos imóveis. Esse processo ocorreu, depois de desmatarem toda a sua propriedade, e a destinarem à monocultura.

Certo dia, dona Raimunda **foi à roça colher arroz**, com seu marido e os filhos. Ela ouviu um barulho de um trator e achou que estavam fazendo a estrada. Quando voltou, sua casa havia sido derrubada e estava em chamas.

“Queimaram tudo, minha filha. Ficamos sem nada, sem roupas, sem documentos, meus filhos chorando, vendo a casa sendo queimada. Foi um tempo muito difícil. **Os grileiros se apossaram da nossa terra, com documentos falsos**, dizendo serem os

donos daqui. Passamos três anos dormindo em lonas e lutando na justiça, tentando reconquistar nosso pedaço de chão. Há alguns meses, reconquistamos o lugar de onde fomos expulsos, agora estamos reconstruindo a vida, começando do zero”, relatou a agricultora.

O episódio ocorrido com dona Raimunda ilustra a pressão fundiária das **gigantes do agronegócio** sobre os modos tradicionais de vida, dos povos e comunidades, nos brejos férteis do Cerrado.

Embora os moradores comprovem a antiga ocupação das terras pelos seus familiares, empresas pedem reintegração de posse das áreas, onde vivem as comunidades tradicionais. Para isso, os **grileiros utilizam títulos de terras forjados e ilegais**, respaldando a conivência do Estado e da Justiça com esse novo modelo de negócio bilionário em Matopiba.

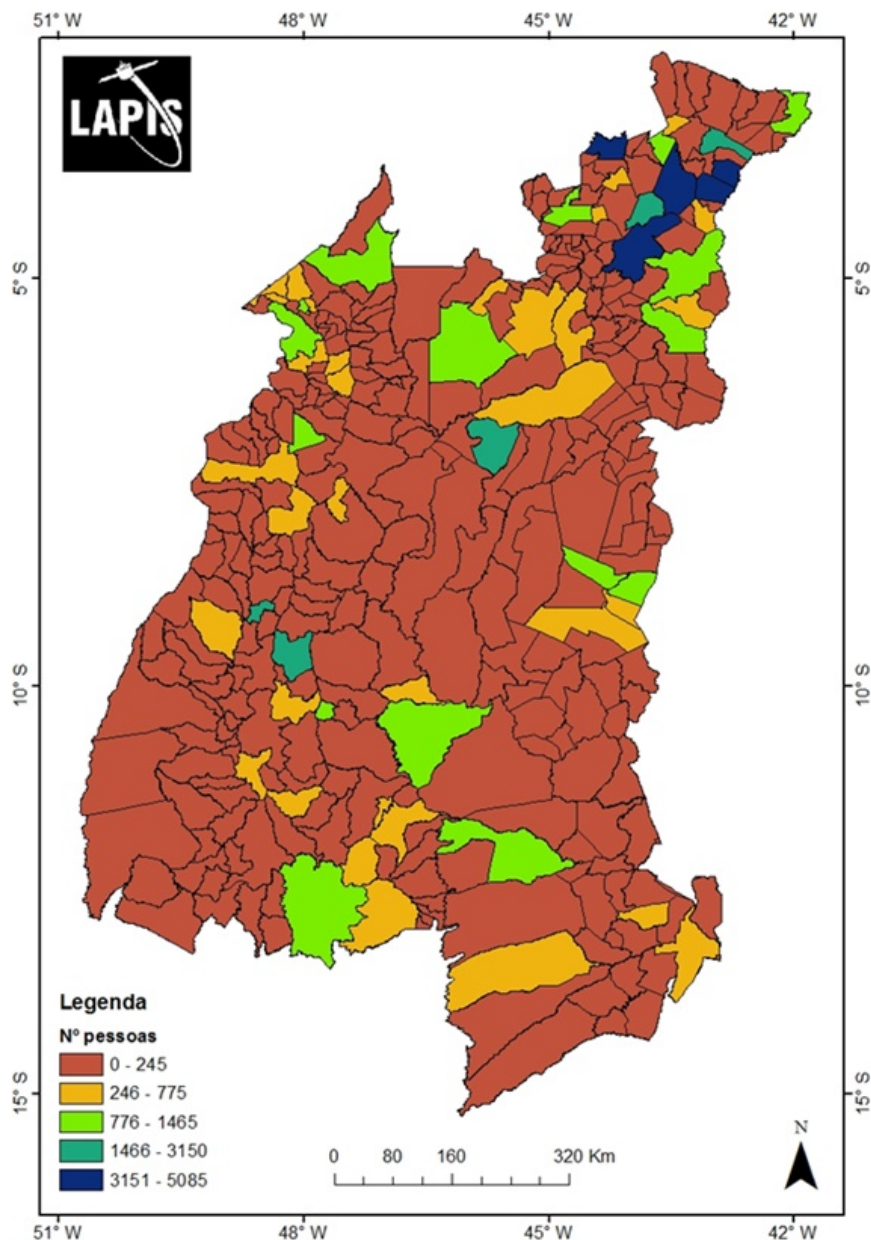
Os jagunços, a mando dos grandes latifundiários, praticam assédio, ameaças, violência e agressões contra a população das comunidades tradicionais. **Incêndios criminosos a casas e plantações, de pequenos produtores, bem como episódios de violência contra a população, tornam-se cada vez mais comuns** à expulsão de famílias das suas terras.

Há nova dinâmica estabelecida pelo agronegócio, em Matopiba, cuja expansão da fronteira agrícola, é marcada pela ação da grilagem. Ou seja: pela **apropriação irregular de terras**, a partir de fraude e falsificação, de títulos de propriedades públicas ou de terceiros.

O processo ocorre aos poucos, com situações envolvendo pistolagem, grupos de extermínio, incêndios criminosos, destruição de casas e roças. A apropriação territorial, com uso de violência, foi o principal meio utilizado, para **formação de grandes latifúndios**.

A partir da delimitação de Matopiba, aumentou a ação de pistoleiros, que entram nas comunidades para amedrontar e expulsar as famílias. A **grilagem e a violência no campo cresceram**, diminuindo o bem-estar das comunidades, como ocorrido com dona Raimunda e sua família.

Especulação de terras e injustiças sociais em Matopiba



Conflitos por terra, em Tocantins, em 2016. Fonte: IBGE.

O mapa acima mostra o **número de conflitos por terra, em Matopiba**, com pessoas envolvidas, por município. São ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra, bem como pelo acesso aos recursos naturais na região, em 2016, de acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Uma análise do mapa dos conflitos por terra na região, no período de 2000 a 2016, mostra que o crescimento da **especulação de terras tem tornado alarmante** o aumento dos conflitos com povos e comunidades tradicionais.

Se na questão agrária brasileira, a grilagem já era complexa, com a ação de grandes coronéis brasileiros, a situação piorou em Matopiba, à medida em que **os donos das terras passaram a ser corporações globais do agronegócio**.

A grande diferença é eles não manterem nenhuma relação direta com a terra, são desconhecidos e agem apenas através do capital estrangeiro. Mantém-se, todavia, a **forma violenta de apropriação das terras** e expropriação dos recursos naturais.

Era um **perverso modelo de injustiça socioambiental**, no qual grupos poderosos expulsam da terra os mais vulneráveis, dando origem ao avanço das fronteiras agrícolas, da pecuária e da mineração.

A desigualdade fundiária, embora tenha adotado modernas roupagens, continua sendo fonte inesgotável de **conflitos sociais no País**, com tendência de ficarem cada vez mais acirrados.

Matopiba já não atrai apenas empresários, interessados em aproveitar o potencial dos solos, para a produção agrícola ou pecuária. A região também trouxe especuladores de terras, cujos preços dispararam naquela região. Esse é mais um dos fatores a aumentar os **conflitos agrários, com povos e comunidades tradicionais**, que já viviam naquele lugar, antes da chegada do agronegócio.

A injustiça socioambiental também ocorre quando empresários do agronegócio, em Matopiba, **combatem as pragas da soja, com agrotóxicos**, e elas descem para as lavouras dos pequenos produtores rurais, dos baixões, que plantam feijão, mandioca, arroz, milho, fava e abóbora para seu autossustento.

Com a chegada de pragas, como moscas e lagartas, a produção de alimentos pelas comunidades diminui a cada dia. No roçado de dona Raimunda, onde antes se produziam diversos tipos de alimentos, hoje a safra se reduz a poucas sacas de feijão e milho, insuficientes à subsistência da família. Assim, **a chegada do agronegócio aumentou o empobrecimento da família** e da comunidade de dona Raimunda.

Outra situação de injustiça é quando povos e comunidades tradicionais estão na linha dos **empreendimentos construídos para servir à produção do Matopiba**, a exemplo da construção de barragens das usinas hidrelétricas.

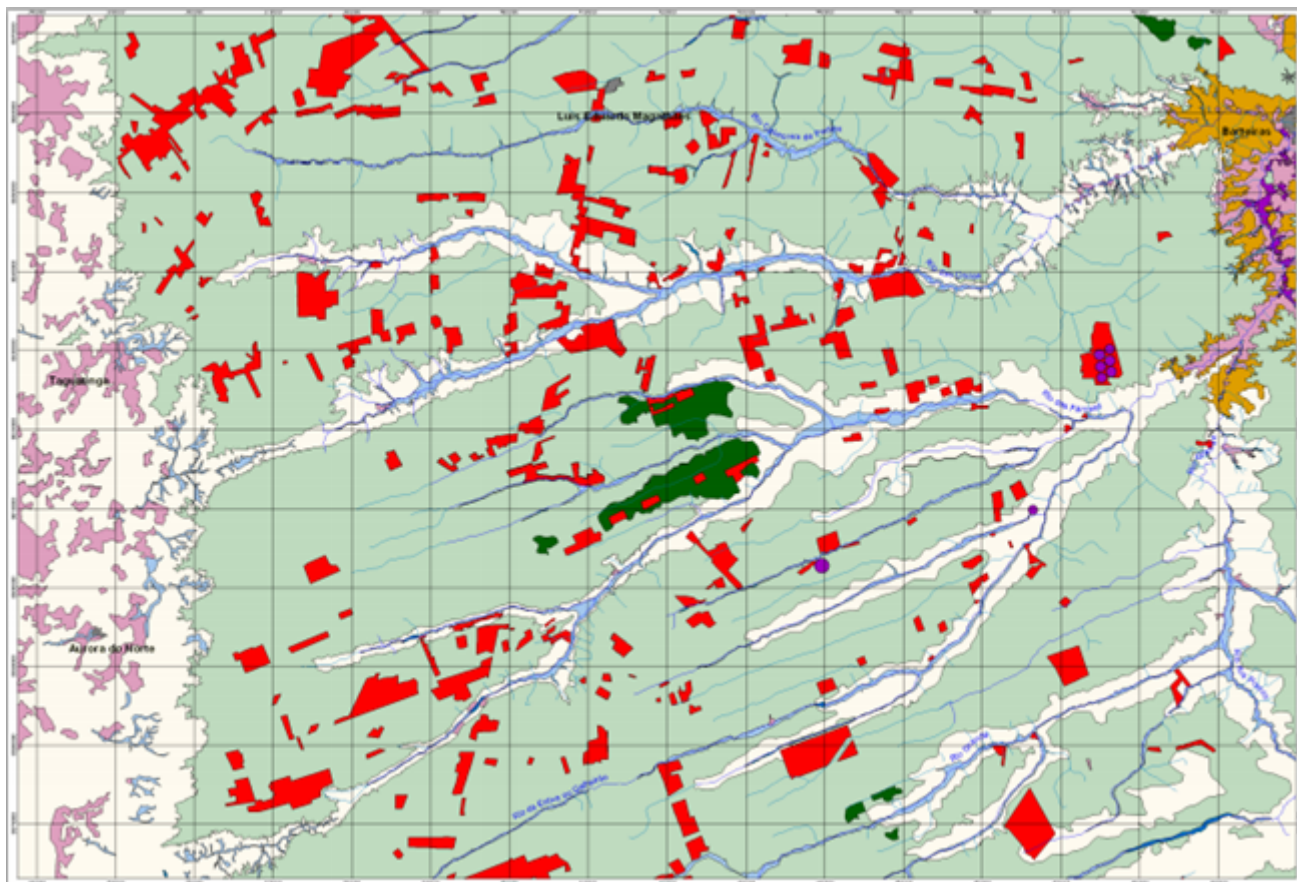
Destaca-se também os casos de **envenenamento das águas dos rios com agrotóxicos**, deixando a comunidade local vulnerável ao uso de fontes hídricas contaminadas.

Na visita à comunidade de dona Raimunda, quando mencionei a cena da **pulverização aérea da lavoura**, com agrotóxicos, ouvi sua voz firme e embargada sentenciar: “Essas empresas contaminaram nossas águas, veja essa garrafa com água vermelha, é como está hoje a água do nosso rio, de tanto veneno usado na produção da soja”.

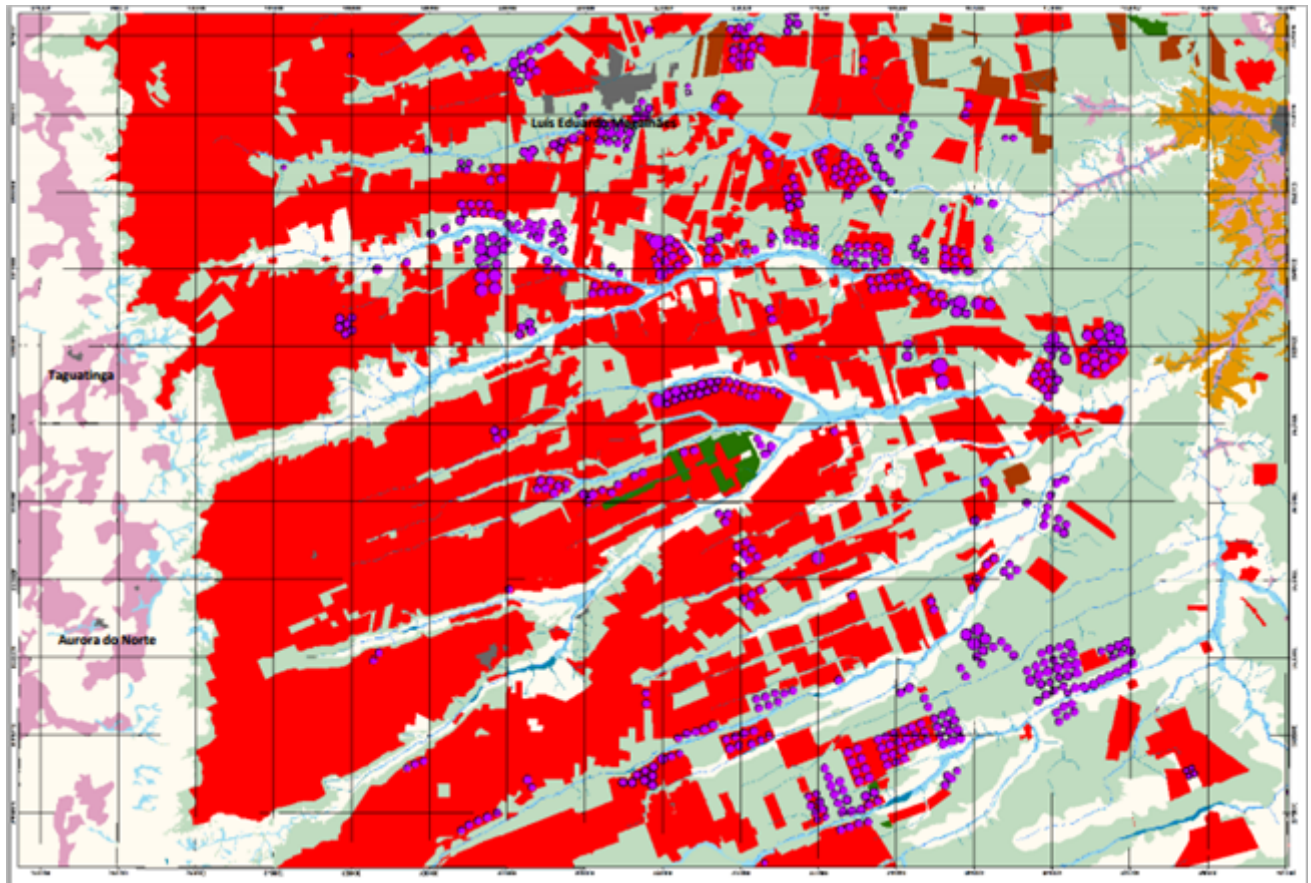
Há ainda a **omissão do Estado, em relação à grilagem**, quando atua em prol do agronegócio, em uma relação de conivência com os interesses das grandes empresas, negligenciando os procedimentos legais de acesso à terra, pelos moradores tradicionais.

É o caso de dona Raimunda, em Bom Jesus (PI). Há mais de 20 anos, **a agricultura espera o desfecho** do processo de reconhecimento oficial da posse das suas terras.

Matopiba: uma ameaça ao Cerrado brasileiro



Desmatamento em Luís Eduardo de Magalhães (BA), em 1990. Foto: Embrapa.



Desmatamento em Luís Eduardo de Magalhães (BA), em 2015. Foto: Embrapa.

As figuras acima comparam a situação do **desmatamento da vegetação de cerrado** (destacada em vermelho), no município de Luís Eduardo Magalhães (BA), nos anos de 1990 e 2015. Ali, toda uma biodiversidade associada está sendo extinta, antes mesmo de muitas espécies serem identificadas pela ciência.

A região de Matopiba não é apenas um sério desafio a povos e comunidades tradicionais, mas também uma **ameaça ao bioma Cerrado, sendo hoje a maior fronteira de desmatamento do Brasil**, motivada, é claro, pela expansão do agronegócio, sobretudo da soja.

De acordo com relatório recente da *Agroícone*, **a área plantada com soja, no Matopiba, cresceu 253%, entre 2000 e 2014**. Foi um salto de 1 milhão para 3,5 milhões de hectares. Cerca de 68% dessa expansão ocorreu em áreas de vegetação nativa, sobretudo nos estados do Maranhão e no Piauí. De 2005 a 2014, a área de expansão agrícola, em Matopiba, aumentou 86%, enquanto a média nacional foi de 29%, no mesmo período.

O projeto de Matopiba se instalou rapidamente e gerou problemas sociais e ambientais. Entre 2015 e 2016, o desmatamento na região foi de 2 mil km², **quatro vezes maior, se comparado ao Arco do Desmatamento**, área mais vulnerável da Amazônia Legal.

Dados recentes do Ministério do Meio Ambiente (MMA) mostram o **desaparecimento de quase metade da cobertura vegetal original do Cerrado**. Já foram desmatados mais de 975,7 mil km² do bioma.

Em apenas quatro décadas, cerca de **50% das áreas nativas do Cerrado** foram convertidas na implantação de atividades agropecuárias. O bioma ocupa uma área de dois milhões de km², correspondendo a 24% do território nacional.

O Cerrado é o bioma brasileiro mais afetado, atualmente, por incêndios florestais. De acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em 2017, **identificou-se, no Cerrado, o maior registro de área territorial queimada**. A área compreendeu mais de 252 mil km², enquanto na Amazônia superou 223 mil km².

As queimadas estão diretamente relacionadas ao **desmatamento para expansão do agronegócio**, especialmente em Matopiba. O processo de devastação ameaça solos, vegetação, atmosfera e toda biodiversidade do bioma.

Um estudo do Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento, da Universidade Federal de Goiás (UFG) comprovou que, nos últimos quinze anos, a área queimada em Matopiba atingiu mais de 67 milhões de hectares. O total representa, aproximadamente, **52% do total de área incendiada** em todo Cerrado.

>> **Leia também:** [5 fatos que talvez não te contaram sobre as queimadas na Amazônia](#)

Do ponto de vista ambiental, a situação de Matopiba é bastante crítica. A conversão de vegetação nativa em terras cultiváveis, em grande escala, em Matopiba, já **correspondem a quase metade (45%) do total de emissões de gás carbônico**, emitido por todo o bioma Cerrado.

Foi o que mostrou um estudo realizado por pesquisadores de instituições dos Estados Unidos e do Brasil. As emissões de carbono, na região, já anulam cerca de 5% a 7% da aplaudida **redução nas taxas de [desmatamento](#)**, na Amazônia, por ano, durante 2011-2013.

Matopiba já perdeu parte considerável (27%) de sua cobertura vegetal. Isso se deve às suas **condições favoráveis ao plantio de grãos** (estações climáticas bem definidas, pelo menos quando não influenciadas pelo *El Niño*, áreas planas dos chapadões, solo desenvolvido e abundância de água).

O desmatamento enriquecem as empresas da região, por permitir a **produção de toneladas de soja**, de milho e de algodão. Prova disso é a safra recorde de 8,8 milhões de toneladas (2013/2014) e a previsão de quase triplicar esse resultado (22,6 de toneladas), até 2023.

Todavia, é necessário promover a expansão da agricultura e aumentar a produtividade, **sem comprometer novas áreas de vegetação nativa**. A integração lavoura-pasto pode ser um mecanismo para o bioma Cerrado ou a Amazônia.

É urgente a utilização de tecnologias disponíveis para evitar o desperdício de áreas abertas e **promover a inteligência territorial**, no uso e ocupação do solo. Isso significa uma melhor utilização de áreas já antropizadas, a fim de evitar o desmatamento, em novos territórios de vegetação nativa.

Diante do **acelerado desmatamento no Cerrado**, promover a conservação do bioma depende de ações urgentes, visando evitar a extinção da sua biodiversidade. É o bioma brasileiro com menor percentual de áreas sob [proteção integral](#).

De acordo com o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), apenas 8% do território do Cerrado está legalmente protegido, por unidades de conservação. Desse total, são 3% de Proteção Integral e 5% de Uso Sustentável, aspecto a **facilitar a grilagem das terras e aumentar o risco do bioma**.

O bioma Cerrado **possui 11.627 espécies de plantas** catalogadas, uma grande variedade de aves (837 espécies), de peixes (1.200 espécies), de répteis (180 espécies) e de anfíbios (150 espécies).

A maior parte de Matopiba pertence ao bioma Cerrado (90,94%), havendo também áreas no bioma Amazônia (7,27%) e na Caatinga (1,64%). Todavia, nos quatro estados integrantes de Matopiba, **existem zonas de transição, entre diferentes tipos de vegetação**, conhecidas como ecótonos.

As áreas de transição, presentes em Matopiba, englobam os ecótonos Cerrado-Amazônia, Cerrado-Caatinga, Cerrado-Mata de Cocais e Cerrado-Pantanal. **Esses ambientes naturais singulares são extremamente frágeis às perturbações**. As espécies presentes em determinado ecótono, normalmente, são adaptadas somente a condições e características ambientais, típicas dessa áreas.

Além disso, a biota dos ecótonos apresenta um alto nível de endemismo. São áreas pouco estudadas, de grande biodiversidade, com **vulnerabilidade ecológica e econômica**, podendo sofrer grande impacto, caso não ocorra sua devida proteção.

Para mais informações sobre **políticas públicas para a convivência com a seca na Caatinga**, conheça o livro ["Um século de secas"](#).

>> **Leia também:** [Amazônia - por que se preocupar com os números das queimadas em junho?](#)

Impactos do agronegócio no berço das águas



A região de Matopiba conta com 46 unidades de conservação (12% da área total), um percentual considerado muito baixo, se considerada sua importância, em termos de biodiversidade e de recursos hídricos. **O Cerrado é um bioma extremamente importante ao equilíbrio hídrico nacional**, não é à toa que o bioma é conhecido como “berço das águas”.

Lá estão as nascentes que **abastecem as três maiores bacias hidrográficas da América do Sul**: a do São Francisco, do Tocantins-Araguaia e do Paraná. A bacia do rio São Francisco, de importância extremamente estratégica ao Nordeste, depende 97% das águas nascentes no Cerrado.

Além disso, em função das características dos seus solos e vegetação, o bioma Cerrado tem a **função de facilitar o acúmulo de água**, atingindo profundamente os lençóis freáticos, formando os aquíferos. Assim, o bioma alimenta três dos maiores aquíferos do mundo: Guarani, Urucuia e Bambuí.

>> **Leia também:** [10 lições dos países líderes em gestão sustentável das águas](#)

O agronegócio é, hoje, o maior consumidor de água no Brasil. Segundo a Agência Nacional das Águas (ANA), em 2015, **a irrigação de lavouras consumiu 75% de recursos hídricos**. A pecuária utilizou 9%, mais do que a indústria, e quase o mesmo, se comparado ao consumo humano urbano e rural (10%).

A irrigação é um dos métodos mais controversos do agronegócio. Em Matopiba, os empresários utilizam a irrigação na plantação, por **pivô central, método que mais consome e desperdiça água**.

Nos últimos 15 anos, tem havido um **aumento exponencial do uso de irrigação na região**. Toda essa água é retirada diretamente do rio São Francisco ou de seus afluentes, em função de o Oeste da Bahia representar um importante papel para essa bacia hidrográfica.

Além da **contaminação das águas pelos agrotóxicos**, o uso insustentável dos recursos hídricos, na produção agrícola, também diminui a recarga dos aquíferos e a vazão dos rios. Essa poluição afeta comunidades, cidades e a própria continuidade da produção de alimentos ou *commodities*.

Outro efeito direto da **agricultura mecanizada é a compactação do solo**, aspecto a dificultar a penetração da água para o subsolo. A baixa no volume causa o desaparecimento de rios, riachos e brejos.

A comunidade onde vive dona Raimunda sintetiza muitas das **extremas contradições** do modelo econômico, adotado em Matopiba.

Por um lado, uma nova fronteira agrícola consolida-se no País, baseada na agricultura empresarial de alta precisão e no aproveitamento máximo das terras, em monocultivos extensivos. Por outro, o **“desenvolvimento” ocorre às custas da biodiversidade e dos recursos naturais do Cerrado**, e dos direitos constitucionais dos povos tradicionais, ao seu território e modos de vida.

O Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro, em extensão, e a savana mais rica do mundo. Essa riqueza natural precisa ser conservada. Os povos que vivem no bioma - indígenas, quilombolas, pequenos agricultores - têm o seu **modo de vida tradicional ameaçado pelo desmatamento**, causado pelo avanço de projetos insustentáveis, em Matopiba.

Conclusão

O grave processo de devastação do Cerrado avança a passos largos. Em apenas quatro décadas, o segundo maior bioma da América Latina **perdeu metade da sua vegetação nativa**.

Envolto pelo discurso de o bioma ser o “celeiro do mundo”, esses **ambiciosos projetos agropecuários**, amplamente incentivados pelos governos, mudam a cobertura e uso dos solos, no Cerrado. Com isso, deixam um rastro de forte concentração de terra e exclusão social.

Além da sua importância ambiental, **o Cerrado é o lar de cerca de 12,5 milhões de pessoas**, que vivem e dependem dos seus recursos naturais. Esses povos são considerados invisíveis pelos grandes projetos desenvolvimentistas, em Matopiba, não obstante, há anos, lutem pela regularização das suas terras.

A conivência do Estado com os grandes empresários do agronegócio tem **favorecido a perversa grilagem de terras ocupadas**, pelas comunidades tradicionais, e a violência contra as populações da região.

O aumento do desmatamento no bioma Cerrado deve ser urgentemente coibido, utilizando-se **tecnologias de monitoramento ambiental**, sobre mudanças no uso dos solos. É possível promover o uso inteligente e sustentável dos territórios, já abertos no processo de expansão agropecuária.

E você, acredita que é possível otimizar o uso da terra, em Matopiba, a partir da prática de uma agricultura inteligente? O que pode ser feito para reduzir os impactos do projeto sobre a vida dos povos tradicionais?

**Atualizado em: 10.07.2020, às 16h55.*

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

LETRAS AMBIENTAIS. [Título do artigo]. ISSN 2674-760X. Acessado em: [Data do acesso]. Disponível em: [Link do artigo].

Instituto



Quem somos

O Letras Ambientais é uma instituição privada, sem fins lucrativos. Seu objetivo é a defesa, preservação e conservação do meio ambiente.

Endereço para correspondência: Av. José Sampaio Luz, 1046, Sala 101 – Ponta Verde. Maceió (AL). CEP: 57035-260.

Fone: (82) 3023-3660 **E-mail:** contato@letrasambientais.org.br

ISSN: 2674-760X

